

## Universidade e Cidadania

Eliane Avelar Sertório Octaviani  
Mestre em Direito Processual Civil pela PUC  
Professora universitária CREUPI - Pinhal

É necessário que se analise a educação no conjunto da sociedade, dentro do contexto econômico, político, social e cultural. O Estado, a quem cabe a educação da maior parte da população, não cumpre com a sua parte; sua responsabilidade fundamental apenas é prestada para uma parte dos cidadãos, enquanto para a grande maioria a educação se completa no grau superior, através das entidades privadas.

O mundo mudou e a educação brasileira não acompanhou a dinâmica do processo de mudança. Continuamos formando pessoas direcionadas para o mercado de trabalho, que facilmente podem ser substituídas por máquinas e robôs. A modernização e a tecnologia exigem um novo tipo de força de trabalho; o novo trabalhador deve ter algumas dessas características: comunicar-se bem verbalmente e por escrito, ter conhecimentos gerais, trabalhar em equipe, conhecer línguas estrangeiras, ter versatilidade funcional, saber tomar decisões, etc.. Ressaltamos, porém, que a função precípua da escola não é fornecer mão-de-obra para o mercado globalizado; antes de tudo, tem que se preocupar em formar cidadãos do seu tempo, capazes de fazer leitura do social, do mundo que o cerca e de nele interferir.

A universidade é agência formadora inquestionável para parte da população brasileira; todavia, o ponto crucial é que não pode ela apenas formar profissionais, simples consumidores num mundo globalizado, que prezam mais a subcultura e o consumo; há necessidade que se democratize e forme cidadãos, seres críticos numa sociedade pluralista, e que consiga melhorar as relações entre os homens e destes com o mundo.

Paulo Freire <sup>1</sup>assevera que: - “se sou um cozinheiro, se quero ser um bom cozinheiro, necessito conhecer muito bem as modernas técnicas da arte de cozinhar. Mas, necessito sobretudo, saber para quem cozinho, em que sociedade cozinho,

contra quem cozinheiro, a favor de quem cozinheiro. E este é o saber político que a gente tem que criar, cavar construir, produzir para que a pós-modernidade democrática, a pós-modernidade progressista se instale e se instaure contra a força e o poder de uma outra pós-modernidade que é reacionária”.

As universidades públicas formam a “intelligentzia” - a elite intelectual que na maioria das vezes se constitui numa elite social dominante e dirigente; outrossim, esse benefício - educação nas universidades públicas, muitas vezes não é revertido para a população, que fora quem em grande parte procede ao financiamento das universidades. Não se houve falar que um recém advogado, que saiu do Largo São Francisco abriu uma banca de advocacia no condomínio da COAHB; idêntica situação se passa com médicos, que saem da USP e abrem consultórios nos bairros nobres de São Paulo, não irão desenvolver suas atividades em favelas ou bairros populares.

Por serem frutos de uma sociedade capitalista, as universidades públicas se caracterizam pela elitização, discriminação e exclusão da maioria, mas essa realidade deve ser repensada e modificada; a universidade deve ser questionada como um todo, analisando-se não só as públicas como as particulares, para se chegar a uma conclusão que beneficie a própria sociedade em toda a sua estrutura.

A privatização da escola pública segue a política neoliberal; o Estado se afasta de uma das suas responsabilidades principais, para apenas ficar criticando essa posição neoliberal que não resultará em nada prático para a grande massa de jovens que estão encerrando o secundário e têm a intenção de dar continuidade aos estudos.

Esse número expressivo de jovens busca melhores condições de vida e, para que isso seja possível, sonham em ter um diploma da graduação; o diploma da faculdade não é a chave para a obtenção de um posto de trabalho; mas após quatro ou cinco anos junto a outros estudantes, tendo a presença de inúmeros educadores poder questionar em locais que lhe dão abertura para isso, sem estar à sombra de um patrão ou pai, onde divulgam seus pontos de vista; tendo contato com livros e revistas didáticas, participando de cursos de extensão, seminários, palestras; não há dúvida que esses jovens não serão os mesmos; não há como negar a nova posição que somaram e atingiram com os novos valores adquiridos.

---

<sup>1</sup> Paulo FREIRE. **Extensão ou comunicação?** p. 81.

A educação como fator de mobilidade social é compreendida face ao processo de formação, qualificação, capacitação de um indivíduo e de uma coletividade, sendo possível proporcionar uma formação de uma pessoa, tornando-a portadora de atributos e condições capazes de competir com trabalhos valorizados, rentáveis e de prestígio social.

A professora universitária e pesquisadora de Brasília, Ângela de Faria Vieira<sup>2</sup>, em artigo denominado - Mobilidade Social, Educação e Poder no Brasil, ao dispor sobre cidadania, enuncia que: “Cidadania, é uma questão formativa, educativa de longo alcance. Uma cidadania real deve refletir uma paradigma existencial, do existir na coletividade, com dignidade socio-político-cultural de uma pessoa, que para ser alcançada, exige uma alfabetização social, ou uma apropriação-internalização e consciência: dos códigos, dos mores, das leis - dos direitos e deveres, do sentimento de compartilhar um espaço de vida e de saber, com outros (identificando-os como parceiros de uma caminhada e de uma construção, típica do modo humano de apr(e)ender-internalizar - interagir/expressar-se). Promover acesso ao conhecimento, numa dimensão educativa, é realizar uma potencialização histórica e humana de uma sociedade; é um recurso estratégico, legítimo, para o fomento de transformações sociais, com a aculturação que eleva a estatura da consciência histórica do indivíduo e da coletividade, além de melhor equipar o emocional e cognitivamente o próprio grupo”.

Não há dúvida que não se pode aceitar “fabricas de diplomas”; as universidades privadas devem e têm que oferecer um ensino de alto nível; a sociedade não pode aceitar, de forma alguma, que exista educação de primeira classe e de segunda classe; todavia, impor que apenas as universidades que possam oferecer um padrão de excelência aos alunos, possam funcionar, é perpetuar a idéia de que quando o Estado for rico, poderá dividir com os pobres; como isso nunca ocorre, o bolo não aumenta, o investimento no social fica relegado ao segundo plano.

Com a educação, a linha de conduta é idêntica, critica-se as universidades particulares por não apresentarem igual nível de ensino que as públicas, opondo-se, de forma categórica, à presença dessas entidades privadas na educação; outrossim, os maiores críticos deixam de atentar que são milhares de jovens que têm o direito

---

<sup>2</sup> Ângela de Faria VIEIRA. p. 152.

de chegar às universidades e não conseguem; o número de vagas não aumenta na mesma proporção que o número de estudantes que saem do ensino médio em busca de faculdades de graduação; esperar que a universidade pública possa ter condições de receber todos, é impelir uma grande massa de jovens a não dar continuidade aos seus estudos, cerceando-lhes a sagrada oportunidade de alcançar seus objetivos e realizações de seus ideais, em verdadeiro ato de marginalização social.

Essa posição é muito bem retratada pelo ilustre professor Regis de Moraes<sup>3</sup>, quando dispõe - "Nosso quadro universitário é plural. Como se disse, temos universidades federais, estaduais, municipais, comunitárias, confessionais e leigas e propriamente empresariais; ora, com fundamento na Declaração dos Direitos do Homem (o direito do ser humano à educação), grupos e setores da nossa sociedade têm levantado o estandarte da luta da gratuidade plena do ensino. É uma defesa legítima e socialmente generosa, mas há que questionar-se, sem abstração da situação de pobreza do nosso país quanto à sua exeqüibilidade. Diz o adágio espanhol que, "muitas vezes, querer a perfeição não é querer nada de sério". Fls. 33.

Examinadas as críticas mais comuns às entidades privadas, não se nega que muitas delas procedem, mas nem todas são verdadeiras; ademais, muitas delas, decorrem da postura dos educadores das universidades públicas que deveriam ter tido como meta aumentar o nível dos professores, promovendo congressos, cursos, simpósios, com divulgação direcionada aos professores das escolas privadas. Se atentarmos aos quadros de avisos nas escolas públicas, pode-se perceber que os convites para congressos, cursos, simpósios, etc., são em relação à outras entidades públicas, não há interação entre as públicas e as privadas, aumentando o distanciamento entre elas.

O Estado não consegue fornecer educação de qualidade para todos; portanto, a sociedade e o próprio Estado precisam assumir a co-responsabilidade de colocar a educação como prioridade nacional, até porquê, se hoje há somente 12% de jovens entre 17 e 24 anos na universidades<sup>4</sup>, daqui há alguns anos esse número deve crescer vertiginosamente, quando as crianças que estão cursando o fundamental, após a campanha do governo, chegarem aos bancos da graduação.

---

<sup>3</sup> Regis de MORAES. **A universidade desafiada**. p. 33.

<sup>4</sup> Ensino Superior, São Paulo: SEMESP, ano 2, nº 15, Novembro de 1999, p. 24.

As universidades particulares têm buscado a melhoria da qualidade do ensino; essa prática foi incentivada com a criação do “provão”, que se não é a melhor forma de amearhar o ensino que está sendo atribuído a todo país, tem seus méritos próprios, pois incentivou a contratação de professores com títulos de mestres e doutores; aplicação de numerário de forma maciça em bibliotecas e laboratórios, preocupação em não aprovar de forma desmesurada todo e qualquer aluno que ingresse na graduação; todavia, essa era a preocupação de muitas entidades de ensino superior privado, tanto que, atualmente, “um terço dos alunos das escolas superiores privadas já consegue nota máxima no Provão instituído pelo MEC” - Gabriel Mario Rodrigues, presidente do SEMESP. Continua sua observação, alegando que a oferta de vagas nas universidades privadas deve aumentar de 62 a 70%, nos próximos anos, pois as entidades públicas não têm como atender ao crescimento da procura. “O ensino superior privado nunca foi valorizado no país. Apesar do preconceito, somos responsáveis pela maior parte dos alunos que saem das faculdades para o mercado de trabalho, que aumenta sobremaneira nossa responsabilidade. Além disso, as escolas particulares de 3º grau empregam 164 mil docentes”<sup>5</sup>.

Se atentarmos a esses números não podemos deixar de observar que a continuidade da crítica pura e simples não resultará em nada; há necessidade de atitudes diferentes - melhorar o nível desses professores, pois cada um desses educadores enseja em produção e disseminação de conhecimento, que possa resultar no aumento do nível educacional de seus alunos.

As entidades públicas devem essa postura aos jovens excluídos de suas instituições; é público e notório que quem chega atualmente às universidades governamentais são estudantes que puderam obter os diplomas de primeiro e segundo grau no ensino privado; jovens que obtiveram informações pelos mais variados meios de comunicação, livros, viagens, etc.; normalmente, pessoas pertencentes às classes privilegiadas da sociedade; como regra, não há como os filhos de trabalhadores de classe média ou baixa, advindos de escolas públicas, com grandes restrições econômicas, obterem lugar nas universidades públicas; portanto, para as melhores universidades, em sua grande maioria públicas, irão aqueles que têm condições de pagar; para as universidades particulares, que não têm a mesma

---

<sup>5</sup> Ensino Superior, Op. cit. p. 28

excelência de ensino, restam os alunos que não gozaram do privilégio do amparo de um lar economicamente estruturado.

É muito intrigante essa distorção existente no sistema de ensino brasileiro - a classe média que paga impostos não consegue a melhor educação; e para obter um lugar nas entidades particulares, novamente, têm que desembolsar quantias, as vezes, até consideráveis; por conseguinte, a classe média custeia e não aproveita os benefícios das universidades públicas.

Como se trata de entidades que fornecem educação, com papel de grande importância para toda a sociedade, além das avaliações do MEC, com certeza, o mercado há de filtrar as melhores instituições de ensino. Esse grande número de universidades tem que proceder a busca constante na qualidade de ensino que conferem aos cidadãos. Não se pode aceitar “fabricas de diplomas”; as universidades privadas devem e têm que oferecer um ensino de nível; a sociedade não pode aceitar, de forma alguma, que exista educação de primeira classe e de segunda classe; todavia, impor que apenas as universidades que possam oferecer um padrão de excelência aos alunos, possam funcionar, é perpetuar a idéia de que quando o Estado for rico, poderá dividir com os pobres; como isso nunca ocorre, o bolo não aumenta, o investimento no social fica relegado ao segundo plano.

Ora, se sairmos dos centros das cidades em direção aos bairros populares, não há como não atentarmos ao grande número de pessoas que aí residem; cidadãos que passam a vida trabalhando em busca de um amanhã melhor; devemos nos perguntar, os jovens que residem nessas casas serão o que? Têm eles direito de formação de cidadãos na plenitude da palavra? Qual a educação que lhes será oferecida?

O professor, Regis de Moraes, ao comentar sobre a realidade da universidade brasileira, com a simplicidade cativante, nem por isso, sem a profundidade necessária que o assunto merece, preleciona: “Mas, como já se disse, nunca foi escrita a história dos povos sem história: seja em termos de civilizações menores, seja em termos de homens e mulheres anônimos de ontem e de hoje. Há uma quantidade enorme de seres humanos que, vivem, por assim dizer, pelas costas dos noticiários; um contingente estupendo de anônimos interessados na melhoria da vida e do mundo - gente íntegra, batalhadora mas silenciosa. Pessoas que nunca escreveram livros, nem artigos, que não governaram mais que a si mesmas e jamais estiveram em páginas de noticiários ou de história, mas que, no entanto, em sua

modéstia foram os alicerces poderosos da sustentação do que há de bom na humanidade. Quando consideramos tudo isso, aí nos aproximamos de avaliações superficiais e sentimos profundas alterações no atual substrato do convívio humano. Eis uma das razões por que não sou pessimista, nem quanto ao geral dos destinos humanos e nem quanto às possibilidades das instituições universitárias”<sup>6</sup>.

É claro que desse número surpreendentemente grande de jovens, muitos irão em busca do ensino superior, mas a quantidade que terá a chance de ingressar nas universidades públicas é mínimo. E vem a indagação: o que se pode fazer? Inúmeros deixarão de estudar e outra proporção considerável terão que ir em busca das entidades privadas. Portanto, como nossas universidades públicas não podem acolher esses jovens, as entidades educacionais privadas devem fazer esse papel e, muito mais, devem fazer com extrema qualidade.

Com isso, não é que vá existir ensino de primeira qualidade e de segunda qualidade; mas sim, que diante de realidades tão diversas, o ensino que é atribuído têm peculiaridades próprias em decorrência dos estudantes que irá atender, mas sempre com a qualidade necessária, de forma a modificar a política de exclusão em educação, que vige no país desde a colonização.

A problemática das universidades públicas e privadas passa por debates a todo momento; dias atrás, quando foi ouvida por jornalistas, sobre a ação civil pública intentada pelo Ministério Público de Estado de São Paulo, com a finalidade de reservar 50% das vagas da USP para os alunos advindos das escolas públicas, a professora Ada Pellegrini Grinover assinalou que isso era incabível; não havia como ter dentro da Universidade de São Paulo dois tipos de ensino e, no seu entender, aceitar esses jovens com o nível de educação que possuíam, seria impor que a outra metade que galgou os melhores lugares no vestibular, por terem, em tese, apresentado nível maior de educação, verdadeiro retrocesso.

Se analisarmos a questão colocada, não há como não acolher as ponderações da professora Ada; entretanto, essa situação criada deve servir de alerta para os educadores das universidades públicas e para o próprio governo para que busque caminhos para oferecer educação para essa camada da sociedade, e isso só será possível com a participação das universidades privadas. É preciso acreditar que é possível fornecer educação de qualidade para todos, basta que além

---

<sup>6</sup> Ibid. pp. 23 e 24

de se discutir os problemas da educação, passemos a apresentar novos caminhos, onde se lidando com pessoas diferentes, busquemos as suas potencialidades, proporcionando-lhes reais oportunidades, a fim de galgarem conhecimentos que lhes ensejam sua correta formação humana.

Concluindo, acreditamos que apenas criticar as universidades privadas não levam a solucionar o problema educacional; esperar que o governo modifique sua política neo-liberal em relação a educação também não resultará em nenhuma conclusão benéfica; ao reverso, há necessidade de união de esforços da sociedade civil como um todo, das universidades públicas e privadas e do próprio governo, no sentido de se adotar uma política comprometida com a defesa de propostas educacionais que garantam uma escola que forme cidadãos e não apenas profissionais, além de possibilitar que as entidades educacionais privadas possam ser consideradas como fator de inclusão social.

## **REFERÊNCIA BIBLIOGRAFIA**

ENSINO SUPERIOR. **Para onde vão as federais?** São Paulo: SEMESP. ANO 2, Nº 15, Novembro de 1999.

FREIRE, Paulo. **Extensão ou comunicação?** São Paulo: Paz & Terra, 1977.

MORAES, Regis. **A universidade desafiada.** Campinas: Editora da UNICAMP, 1995.

VIEIRA, Ângela de Faria. **Mobilidade social, educação e poder no Brasil.** In Revista Brasileira de Comunicação, Arte e Educação, Brasília: ano 1, nº 3, abr./jun. 1999, fls. 152.